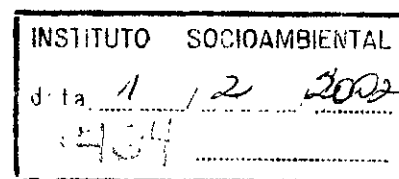


Mogno: Ministério, Ibama e madeireiros buscam acordo

Data: 01/02/2002
Fonte: Gazeta Mercantil Norte
Local: Belém
Link: <http://www.investnews.net/>



A regulamentação do manejo florestal na Amazônia – especialmente a exploração do mogno – será definida por uma comissão técnica na próxima segunda-feira (4), em Brasília. A reunião foi marcada ontem, em Belém, durante uma audiência convocada em caráter extraordinário pelo governador do Pará, Almir Gabriel, com a presença do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e representantes do setor madeireiro da região.

O governador Almir Gabriel esclareceu que a audiência não visava esgotar todos os assuntos relacionados à exploração florestal, mas criar uma oportunidade de diálogo em direção a uma solução definitiva sobre o caso. Hoje, não existe qualquer parâmetro para a análise de planos de manejo florestal no Ibama. Não se sabe exatamente o que é legal e o que é ilegal. A expectativa é de que na segunda-feira a comissão chegue a um consenso e disponibilize a norma para do setor produtivo.

A comissão é composta por membros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), representantes de estados da Amazônia Legal, comunidade científica e setor produtivo. As últimas normas, publicadas em agosto do ano passado, chegaram a ser discutidas pela mesma comissão técnica. Mas, foram publicadas pelo Ibama com conteúdo alterado. Essas normas, assim como a Instrução Normativa 17 – que entrou em vigor em outubro, suspendendo os negócios com o mogno – foram revogadas no último dia 18 de janeiro pelo próprio ministro justamente por não refletirem as decisões tomadas em conjunto pela comissão. O ministro deverá encaminhar o caso antes de sua saída do MMA prevista ainda para este mês.

Segundo Sarney Filho, todos os indícios de irregularidades das madeireiras envolvidas no comércio de mogno foram remetidos ao Ministério Público para uma análise detalhada. A Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex) estima que cerca de 25 mil metros cúbicos de mogno foram extraídos e comprados antes da IN 17 ter entrado em vigor. Acredita-se que, por meio de liminares conseguidas isoladamente por empresas madeireiras, quase 10 mil metros cúbicos de mogno já foram exportados.

Mogno

Dos 54 planos de manejo autorizados para extração de mogno em 1992, houve uma queda para 11 no ano passado, restando apenas sete que passarão ainda por vistorias em campo. O Ibama alega que os planos de manejo do mogno foram suspensos porque eram “esquentados” com dados falsos, em sua grande parte, para burlar a legislação. Está prevista para março uma operação de cruzamento entre as informações das polícias militares da região amazônica com os levantamentos de campo do Ibama.

“As madeireiras têm contratos de venda fechados e estão sendo punidas por não os cumprirem, têm créditos que não estão sendo honrados e empregos estão sendo comprometidos”, afirma João Carlos Malinski, diretor da Comissão do Mogno na Aimex. Entretanto, mais do que a data de extração da madeira, o Ibama vem questionando a origem ilegal do produto e continua tentando derrubar as liminares que permitem algumas empresas venderem o mogno que estava nos pátios antes da publicação da portaria.

Elias Salame, presidente da Aimex, garante que a entidade tem uma política de exclusão das indústrias que fazem exploração ilegal. Mas, também diz que existe “convivência” do próprio órgão

de fiscalização e que a lei é "íniqua" e deve ser modificada. Hoje, representantes das madeireiras estarão reunidos na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam) para estabelecer as principais reivindicações que precisam ser levadas para a reunião de segunda-feira.

Para o presidente do Sindicato do Setor Florestal de Paragominas, Justiniano Neto, a audiência de ontem já foi um avanço porque houve o reconhecimento de que, tanto entre as madeireiras, quanto no Ibama, existe uma parcela que trabalha dentro dos critérios legais e existe outra parcela que trabalha mal e que acaba maculando a imagem do todo num desvio de conduta. Conforme Justiniano, as empresas precisam de uma regra definida, seja ela fácil ou difícil, mas que possa ser cumprida e que dê o mínimo de segurança para possibilitar o planejamento dos investimentos no setor.

Estabilidade

"A estabilidade é um princípio da economia. Onde não há estabilidade, não há empreendimento, nem crescimento e nem investimentos", afirma, referindo-se às mudanças constantes das regras de manejo florestal. Segundo ele, somente no ano passado as normas foram publicadas e revogadas três vezes. "Espero que daqui a dois ou três meses, quando o ministro mudar, as regras a serem definidas na segunda-feira não mudem de novo", destaca o madeireiro.

Apesar das perspectivas de avanços nas discussões sobre as normas dos planos de manejo florestal com a vinda do ministro José Sarney Filho, a sua saída do MMA, anunciada logo no início da audiência desanimou alguns madeireiros, sendo, inclusive, motivo de desconfiança do setor produtivo sobre o cumprimento das definições das normas quando definidas. "Se durante a gestão do ministro os compromissos já foram alterados, imagine após a sua saída. A sensação é de tempo perdido", comenta o presidente do Sindicato das Madeireiras de Belém (Sindmad), Francisco Macedo.

O presidente do Ibama, Hamilton Casara, foi representado pelo diretor de Administração e do órgão, Eleutério Nan Souza. Segundo ele, estabeleceu-se uma espécie de "código de ética". "Tudo que for acertado pela comissão técnica tem que ser cumprido", afirma. Conforme Nan Souza, o Ibama tem plena compreensão do interesse do estado na exploração madeireira devido ao seu peso na pauta de exportação e a sua importância na geração de emprego e renda na região.

Silvia Fujiyoshi
de Belém

Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.